

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: contribuições para o desenvolvimento territorial local¹

SOLIDARY POPULAR ECONOMY: contributions to local territorial development

Andrea Costa van Herk Vasconcelos

Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Instituto de Geografia - IG, Doutoranda em Geografia, Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN, Uberlândia, MG, Brasil
andreaherk@ufu.br

Geisa Daise Gumiero Cleps

Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Instituto de Geografia - IG, Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, MG, Brasil
gdgumiero@ufu.br

Cristiane Betanho

Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN, Uberlândia, MG, Brasil
crisbetanho@ufu.br

Resumo

O pensamento dialético e fluido de David Harvey contribui sobremaneira para reflexões sobre temas que tendem a caminhar na contramão da lógica do capitalismo. De um lado, o poder hegemônico do capital; e de outro, os excluídos que geralmente aparecem mediante movimentos sociais e lutas de classes, oferecem base interpretativa. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é relacionar a economia popular solidária a três contradições do capital destacadas em Harvey (2016) no sentido de contribuir com reflexões acerca do processo de desenvolvimento territorial local. Como hipótese, a Feirinha Solidária da UFU, como espaço onde ações coletivas podem estimular relações mais humanas, favorece o desenvolvimento territorial. Verificou-se que a produção de alimentos agroecológicos e sua comercialização por meio da Feirinha Solidária da UFU, com o auxílio do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS), tem proporcionado melhoria na qualidade de vida de pequenos produtores locais. Constatou-se que é no coletivo e na articulação das relações que ocorrem contribuições para um desenvolvimento territorial local na contramão do lucro como padrão.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária. Desenvolvimento Territorial. Capitalismo. Feira Solidária.

Abstract

David Harvey's dialectical and fluid thinking contributes greatly to reflections on themes that tend to go against capitalism logic. On the one side, the capital hegemonic power; and on the other, the excluded, who usually appear through social movements and class struggles, offer an interpretive basis. Thus, the objective is to relate the popular solidary economy to the three capital contradictions detached in Harvey (2016) in order to contribute with reflections on the process of local territorial development. As a hypothesis, the UFU Solidary Fair, as a space where collective actions can stimulate human relations, favors territorial development. It verified that the production agroecological food and its commercialization at the UFU Solidary Fair with the support of Popular Solidary Enterprises Incubation Center (CIEPS), has provided an improvement in the life quality of small local producers. Verified also that it is in the collective and in the relationships articulation that contributions to local territorial development occur against profit as a pattern.

Keywords: Popular Solidary Economy. Territorial Development. Capitalism. Solidary Fair.

Introdução

A contemporaneidade acentuada pela perspectiva dualista entre o global e o local, acentuada pelos processos de homogeneização do capital numa perspectiva histórico-concreta, vem moldando a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista e permitindo diversas reflexões nos estudos territoriais. Na homogeneização, movimento “uniformizador” do capital, a mercantilização é levada às últimas consequências (BRANDÃO, 2012) e a dimensão territorial é revelada, por exemplo, considerando seu caráter endógeno nas lacunas deixadas pela relação de fatores exógenos – Estado/Capital – numa articulação emergente dos agentes.

Nessa perspectiva, expõe-se o território compreendido através da superação de sua ideia de poder exclusivamente centrado nas forças, ações e estratégias do Estado; e do território sem relações sociais, ou seja, conjunto de formas e relações sem a materialidade do espaço, das formas e do poder (SAQUET, 2015). Nesse âmbito e contexto, emergem-se novos paradigmas, muito ou pouco conhecidos, sobretudo se tratarmos a sociedade atual como agente de resistência que assume características de endogenia. Reagindo aos problemas externos, destacam-se ações que buscam transformar

o padrão socioeconômico imposto (GAROFOLI, 1995), revelando com isso, aprendizagem social através de ações coletivas em nível local, em pequena escala.

Necessário e urgente, portanto, ultrapassarmos um pensamento hegemônico único, seja no campo político seja no econômico, buscando promover uma economia não violenta, mais digna e diversificada a partir das necessidades dos territórios. Entende-se como Santos (2000), ao destacar uma “outra globalização”, que novos caminhos devem ser construídos na contramão do processo aberto pela globalização. Urgem-se reflexões diante de um cenário desterritorializado (HAESBAERT, 2004) da produção e da crise do capitalismo moderno, abrindo oportunidades para uma possível reterritorialização com foco na economia solidária. “[...] há um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar” (ORTIGOZA, 2014, p. 245).

Pensa-se, pois, ser justamente neste campo de análise que o desenvolvimento territorial se encontra, na articulação de sujeitos que se relacionam com o propósito de desenvolver-se econômico e socialmente. Não se deve, contudo, “comparar o valor relativo das inúmeras maneiras pelas quais se pode subjetivamente qualificar o desenvolvimento [...], o que interessa é discutir a real relevância da dimensão territorial do processo objetivo de desenvolvimento” (VEIGA, 2008, p. 17).

Como Raffestin (1993[1980]), compreende-se que o território, constituído pelo poder e articulação de agentes, seja também o espaço onde se materializa questões como produção e consumo solidários, e também onde há relações humanas e sociais marcadas por ações de poder, numa construção histórica e política da classe trabalhadora. Assim, entender a economia popular solidária (EPS), neste contexto, é pensar e repensar o coletivo onde experiências do fazer e do agir solidários sejam produzidos e reproduzidos numa lógica contrária e alternativa à ação capitalista dominante.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é relacionar a economia popular solidária a três contradições do capital destacadas em Harvey (2016) no sentido de contribuir com reflexões acerca do processo de desenvolvimento territorial local. Das 17 contradições do capital elencadas por David Harvey, optou-se por três que se relacionam diretamente ao tema economia solidária, quais sejam: (1) Apropriação privada e riqueza comum; (2) Disparidades de renda e riqueza; (3) A revolta da natureza humana. Para a compreensão teórico-empírica, buscou-se fazer essa relação a partir das práticas da Feirinha Solidária da UFU que, com o apoio do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares

Solidários (CIEPS), tem proporcionado melhorias tanto na qualidade de vida de pequenos produtores locais, quanto estimulado que consumidores façam mais uso de produtos saudáveis provenientes da agroecologia e oriundos da agricultura familiar camponesa no entorno de Uberlândia (MG).

Como hipótese, parte-se da proposição de que a Feirinha Solidária da UFU favorece o desenvolvimento territorial, como espaço onde ações coletivas podem estimular relações mais humanas. Neste contexto, os empreendimentos populares solidários ou organizações populares solidárias (OPS), como mais comumente são denominados na dinâmica da economia popular solidária (EPS), podem constituir-se como elemento de desenvolvimento territorial local, desde que se ancore em perspectiva territorial e em princípios que a definem como tal.

Metodologia

O estudo caracteriza-se por ser qualitativo e descritivo. Qualitativo, por não se traduzir em números a dinâmica entre o sujeito e o ambiente vivido, como ilustrado por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002); e descritivo por ligar-se a um estudo teórico preliminar, cujo objetivo é evidenciar as características da atuação dos sujeitos envolvidos num “fato, fenômeno, problema” (SANTOS, 2007, p. 26).

Num diálogo com vários autores (SANTOS, 2000; SAQUET, 2015; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; VEIGA, 2008; ABRAMOVAY, 1992; GRAZIANO DA SILVA, 1982; SAUER, 2008), tomou-se as práticas da Feirinha Solidária da UFU no propósito de estabelecer a relação teórico-empírica do estudo. Para compor a base teórica do estudo, utilizou-se dentre outros, Harvey (2016), Brandão (2012) e Antunes (2018) para abrir discussões, onde as contradições do capital expõem a lógica do capitalismo num processo exacerbado por limitações e questões que revelam desigualdades econômicas e sociais mantidas pela hegemonia do capital ao longo do tempo.

Através das contradições do capital em David Harvey, apresentou-se a história e a atuação do CIEPS na articulação do coletivo de agricultores familiares com outros sujeitos que vivem e vivenciam a EPS. Optou-se por três das dezessete contradições do capital expostas por Harvey (2016) que as divide em três grupos: (1) fundamentais, sem as quais o capitalismo não existe e que expõem a base da lógica dominante existente e

são características constantes do capital em qualquer época ou lugar; (2) mutáveis, são instáveis e permitem mudanças, assumindo novas formas com o passar do tempo, sem predeterminação aleatória ou acidental; (3) perigosas, pois alertam que o capital, tal como está (num processo progressivo), promoverá mais degradação, mais empobrecimento das massas e mais desigualdades sociais aliadas à desumanização cada vez mais evidente.

Propositalmente, as três contradições do capital selecionadas para este estudo estão assim divididas: uma “fundamental”; uma “mutável”; e uma “perigosa”. A relação das contradições do capital com o estudo foram interpretadas da seguinte forma:

- i. Apropriação privada e riqueza comum, contradição fundamental do capital, que destaca o valor de uso do trabalho social representado pelo dinheiro em contrapartida à economia baseada na espoliação², ou seja, o dinheiro como lucro, apropriável e acumulável sem limites por pessoas privadas. Optou-se por esta contradição do capital, com o propósito de apresentar as OPS do CIEPS, caracterizando-as a partir de um contexto de movimentos sociais e lutas de classes numa proposta de resistência à lógica dominante do capitalismo;
- ii. Disparidades de renda e riqueza, contradição mutável, que expõe as tendências globais de desigualdade de riqueza e renda num processo de manutenção e reprodução do capital à custa do trabalho. Tal como David Harvey faz o alerta sobre a caracterização mutável das contradições, optou-se por esta para demonstrar a capacidade de resistência e de articulação dos sujeitos na criação e manutenção da Feirinha Solidária da UFU;
- iii. A revolta da natureza humana: alienação universal, contradição perigosa, que reflete, conforme Harvey, ser um caminho radical de espírito revolucionário, que poderia mudar o modo e a forma como vivemos. Optou-se por esta com o propósito de apresentar reflexões sobre o futuro da EPS como movimento social, alavancador de melhores condições de vida e de trabalho para os que dela vivem.

Esclarece-se que estimular discussões a partir de Harvey (2016), mesmo entendendo ser uma limitação da pesquisa e compreender ser vasto o arcabouço teórico sobre o tema, pensa-se contribuir para que o pensamento dialético e histórico seja fluido, permitindo uma perspectiva para além da relação campo-cidade. Insta esclarecer que, apesar de não ser foco da pesquisa, as OPS ligadas ao CIEPS, no recorte escolhido,

possuem características da agricultura familiar em transição agroecológica, onde a produção tem início no campo e o consumo se efetiva na cidade por meio da Feirinha Solidária da UFU. Enfatiza-se também, que se buscou o diálogo com outros autores que congregam a mesma perspectiva crítica de David Harvey.

Resultados e Discussão

Economia Popular Solidária à luz da apropriação privada e riqueza comum como contradição do capital

Desde as sociedades pré-capitalistas convivemos com a relação binária entre valores de uso e de troca, essenciais para o funcionamento do capital e da produção de valor. Contudo Harvey (2016) revela ser tênue a fronteira da realidade social. O trabalho, por exemplo, e seu valor essencial em contradição ao preço de tudo é uma relação que expõe o caráter progressivo e uniformizador do capital, onde a mercantilização é levada a consequências que merecem reflexões, discussões e atenção por parte de todos (BRANDÃO, 2012).

O trabalho social, como riqueza comum ilustrada por Harvey (2016), possui naturalmente diferentes valores de uso e o dinheiro é sua representação simbólica. No entanto, na contradição do capital, esse mesmo valor (uso) se torna apropriação privada quando transparece seu valor de troca numa acumulação sem limites. A economia baseada na acumulação por espoliação realizada por “pessoas” privadas, sejam entidades legais ou ilegais, sejam corporações, promovem acumulação e reprodução do capital por meio de trocas sancionadas ou não.

Citando Karl Polanyi, Harvey (2016) reflete sobre trabalho, terra e dinheiro, riquezas comuns que, se tratadas como mercadorias “sem restrições”, levam ao “desmoroamento” da sociedade, e que com o apoio do capital estimulam a reprodução da propriedade privada insensível e desregulada perante poderes estatais (salvo em níveis de escala quando conveniente), atuando ora de forma neoliberalista, ora de forma autocrática e militarizada.

À medida que as relações do capital alcançam profundidade, riscos à sociedade passam a ser revelados. Formas ocultas, revestidas em política de austeridade,

demonstram na verdade alianças entre poder corporativo e poder estatal, as quais na realidade conferem direito individual à propriedade privada, direitos estes, garantidos pelo Estado através de leis constitucionais e pseudos lemas de proteção de direitos humanos, demonstrando que as formas de espoliação nunca deixaram de existir (HARVEY, 2016), nem em caráter, nem em conteúdo.

Ao longo da história, a economia foi se constituindo por complexas estruturas produtivas que, complementarmente às ações do Estado, foram se articulando na produção do espaço geográfico destacando padrões de sociabilidade e de consumo. No Brasil, a descentralização do Estado, representada pela divisão de poder, a partir principalmente da Constituição de 1988, descortinou lacunas na política administrativa nacional e neoliberalista fortalecendo as economias produtivas nos espaços deixados pelo Estado (BRANDÃO, 2012).

Nesse âmbito, foram também estabelecidos os movimentos sociais materializados nas lutas pela democratização das relações econômicas, políticas e sociais, buscando nas ações coletivas, e destas com o Estado, a construção de alternativas no conjunto da sociedade. No Brasil, a economia solidária surgiu neste contexto, especialmente após a década de 1990 época em que os níveis de desemprego, tanto no campo quanto na cidade, chegaram a níveis alarmantes.

Isso, como Betanho (2018) ilustra, permitiu que a população não absorvida nas funções de trabalho, incorporadas por organizações transnacionais em meio aos processos globalizantes do capital, viesse a atuar como protagonista da própria história. Como forma de resistência, a economia solidária se destacou, especialmente a partir do Fórum Social Mundial no ano 2001, em Porto Alegre (RS), onde ativistas do mundo todo se reuniram num movimento ideológico de luta avesso à mundialização do capital, no propósito de questionar e buscar alternativas ao modo de produção capitalista e às lógicas de mercado (CANÇADO, 2016; BETANHO, 2018).

Para além do vetor econômico, a economia solidária representa também outra forma de organização da produção que incorpora “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual [...]. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja produção, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda” (SINGER, 2002, p. 10). Desta feita, a economia solidária ganhou força quando passou a congregiar vários atores da sociedade civil, dentre eles organizações não

governamentais, universidades, igrejas e sindicatos, no propósito de gerar trabalho e renda no país (GAIGER, 2004). Nesta perspectiva, emergiram-se os movimentos emancipatórios, coletivos da classe trabalhadora e, como Betanho (2018) destaca, os grupos dos ‘nunca incluídos’, como é o caso dos camponeses e catadores de recicláveis, haja vista a precarização das relações de trabalho que os obrigou a viver do subemprego ou de atividades informais.

Contudo, Rocha (2008) ressalta que é necessário despender atenção para que recursos captados por organizações da sociedade civil com o propósito de implementar empreendimentos econômicos solidários (EES) não sejam desviados. Se forem, não haverá nem melhoria, nem bem-estar humano social dos envolvidos.

Se não houver a mediação dos trabalhadores em relação aos recursos captados por essas entidades, poderá ocorrer malversação destes recursos, estimulando, em muitos casos, a formação de grupos distantes das bases produtivas que se beneficiam destes recursos, oriundo do Estado e mesmo do setor privado. (ROCHA, 2008, p. 242).

Na hegemonia do capital, onde o valor da troca atua “como mestre” e o valor de uso “como escravo”, a economia solidária busca atuar, mesmo tendo o Estado muitas vezes como seu maior financiador, enfocando nos mediadores como as universidades e outros atores, a materialização dos coletivos como forma de minimizar o problema da acumulação por espoliação.

Foi nesse contexto e propósito que surgiu o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da UFU, institucionalizado no ano de 2008, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), com o objetivo de gerar oportunidades de trabalho e renda a trabalhadores que necessitam de assessoramento. O CIEPS busca oferecer espaço coletivo, recursos para projetos, estímulo e preparação para que coletivos populares possam se organizar em iniciativas produtivas a partir dos princípios da economia popular solidária (CIEPS, 2019).

Desde o ano de 2000, através da PROEX, a UFU vem promovendo diálogo e prática de ações voltadas aos movimentos emancipatórios e de classe. Na época, através do Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria (FOL) – reconhecimento à professora e militante comunista na defesa de mulheres, jovens, sindicatos de trabalhadores – abriu-se espaço para análise de viabilidade da incubadora de organizações produtivas solidárias com apoio científico e extensionista da UFU.

Nesta perspectiva e com estímulo aos movimentos que se organizavam em cooperativas autogestionárias, em 2005, através de projeto de extensão e recursos de emendas parlamentares, foi criada a Incubadora de Economia Solidária (INES), denominando-se CIEPS a partir de sua institucionalização no ano de 2008 (BETANHO, 2018).

Vale ressaltar que, o “popular” na representação da incubadora se refere à negação da força de trabalho como mercadoria, negação à lógica hegemônica do capital, e incorporado por decisão dos próprios trabalhadores, pois “entendeu-se importante frisar que se tratava de apoiar iniciativas produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam gestores e produtores de valor” (BETANHO, 2018, p. 40-41). Dizer não a essa lógica é resgatar, é (re)significar o território, o qual historicamente é produto do processo de territorialização num contexto espaço e tempo, fruto das relações sociais e do exercício de poder (SAQUET, 2015).

A monetização, mercantilização e privatização do trabalho, terra e dinheiro – não mercadorias – sustentadas por meio coercitivo, favorecendo somente alguns em detrimento de outros, compõem a base do motor capitalista e, como Harvey (2016, p. 66) esclarece, “não é mais puramente acidental: é a razão de ser [...] o edifício político e econômico construído pelo capital”.

Nesse sentido, compreender a economia solidária na perspectiva territorial é entender que a contemporaneidade acentuada pela perspectiva dualista entre o global e o local, diante de um cenário desterritorializado (HAESBAERT, 2004) da produção e da crise do capitalismo moderno, expõe o “não” dos sujeitos. Nessa perspectiva de resistência à lógica hegemônica do capital, uma possível reterritorialização com foco na economia solidária se torna possível e onde há “[...] um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar” (ORTIGOZA, 2014, p. 245).

Em outras palavras, o território, nessa perspectiva, representa também o lugar de todos, porém com funcionalidades diferentes, sendo que a conectividade entre o espaço, o território e as redes pode criar novas oportunidades, possibilidade que pode fazer emergir o coletivo, o solidário, mesmo contendo simultaneamente o diferente, o divergente ou o oposto.

A Feirinha Solidária da UFU fomentada pela contradição da disparidade de renda e de riqueza

Historicamente, desigualdades excessivas podem gerar crises macroeconômicas, sobretudo quando há desequilíbrio entre produção, realização e necessidades entre quem detém a riqueza e quem depende de renda. Desde a década de 1970, desigualdades de riqueza e renda são vivenciadas num movimento dual mundial, de um lado países com nivelamento de riqueza e renda per capita e, de outro lado, como é o caso do Brasil, uma tendência vertiginosa de concentração de riqueza entre indivíduos e grupos sociais (HARVEY, 2016). A critério de ilustração, o Observatório do 3º Setor (2019) destaca que no *ranking* de países com maior concentração de riqueza e renda, o Brasil é o segundo país com maior concentração de renda, atrás somente do Qatar. Além destes, Chile, Turquia e Líbano também detém maior disparidade de renda. No ano de 2018, o 1% mais rico correspondia a 42 bilionários que detinham uma riqueza total de US\$176,4 bilhões.

Nesse contexto e como colocado por Harvey (2016, p. 159), a contradição é sinalizada pela derivação “do simples fato de que o capital é social e historicamente construído como um domínio de classe sobre o trabalho”, permitindo a crença de que o capital oportuniza possibilidades de trabalho e renda numa relação direta entre distribuição desigual de riqueza e criação de empregos. Essa relação tem perpetuado interesses e permitindo que este ou aquele ‘nicho de mercado’ seja incluído na lógica capitalista, simplesmente porque detém tendência de ganhos financeiros (HARVEY, 2016).

Como contradição mutável do capital, apoiando-se no autor, indaga-se nessa relação (riqueza e renda) se o avanço dos movimentos sociais e revoltas civis vêm sendo estimulado pela maximização do lucro à custa de fatores como, aumento de produtividade e achatamentos salariais, ou cerceamento de propriedades e meios de produção. Em Antunes (2018), ilustra-se que na dinâmica do capitalismo em nível global, a ordem é por mais produtividade, menos trabalhadores, mais tecnologia, mais pessoas aptas à exploração desproletarizando o trabalho industrial e fabril e ampliando o assalariamento no setor de serviços.

A contradição central entre renda e riqueza permite que a capacidade capitalista mantenha o nível salarial o mais baixo possível e a necessidade de renda faz com que o trabalhador se submeta ao capital, seja em níveis de subemprego, seja como “exército industrial de reserva” formado por mão de obra excedente (HARVEY 2016). No Brasil, um conjunto de reformas, sob a égide de projeto neoliberal do Estado, passou a oportunizar flexibilização e terceirização sob formas de trabalho ocasional ou intermitente, muitas vezes como única solução para que trabalhadores encontrem sua sobrevivência, saindo do cenário de desemprego (ANTUNES, 2018).

Se por um lado, a exigência na esfera da produção é de reduzir custos e ampliar a maximização do lucro intensificada pelo crescimento do capital constante, por outro lado, o capitalismo esgotou seu caráter de expansão e avança, sobretudo, para um nível de exploração da força do trabalho e da desigualdade de forma jamais vista, reforçando a sobrevivência da população de reserva quando desempregada. Tanto David Harvey quanto Ricardo Antunes enfatizam que a lógica perversa do capital não invalida a força propulsora do ser social e, nessa perspectiva, incorporam-se todos os campos de análise na totalidade do trabalho que possam impactar trabalhadores de maneira geral ainda que em graus distintos, tanto na cidade quanto no campo.

No campo, por exemplo, o aumento da mercantilização e a consequente marginalização da propriedade e dos meios de produção do pequeno produtor têm feito com que haja uma maior necessidade de renda que, muitas vezes, é obtida através do assalariamento fora da propriedade (WILKINSON, 1986). Nessa necessidade, enfatiza-se uma “nova espécie” criada pelo capitalismo, a do trabalhador coletivo, camponês, responsável pela produção social e preso por sua submissão a proprietários privados, sendo que essa condição expõe sua fragilidade “condenada” à diferenciação, qual seja, sua provável eliminação ou exclusão social progressiva no viés do capital (ABRAMOVAY, 1992).

No campo do desenvolvimento capitalista, como definir economicamente a forma de rendimento que corresponderia ao camponês, haja vista que se perder seus meios de produção e se transformar em trabalhador assalariado seria um operário, se buscar lucro, mesmo que de maneira mercantil simples, corre-se o risco de se transformar em capitalista, se viver da renda da terra se transforma em proprietário fundiário³.

Permeando tanto espaços rurais quanto urbanos, as organizações populares solidárias (OPS), apoiadas pelo CIEPS da UFU, atuam em segmentos que buscam o propósito da emancipação do coletivo, num processo de formação constante para uma nova sociabilidade. Dentre os segmentos incubados, os agricultores familiares camponeses em transição agroecológica, buscam quebrar paradigmas da individualidade própria da economia de mercado, atuando na relação campo-cidade através da EPS.

Betano (2018) esclarece que, no ano de 2013, para atender as necessidades desse coletivo, o CIEPS recebeu recursos do CNPq e criou os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) dos *Campi* da UFU em Uberlândia e Monte Carmelo. Um dos pontos chave de articulação do movimento de resistência da EPS e da Agroecologia é enfatizar a possibilidade por uma sociedade que respeite o meio ambiente de maneira equilibrada (imagem 1), respeitando a vida através do resgate do manuseio de culturas que respeitem a natureza (BETANHO et al., 2018).

Imagem 1 - Produção agroecológica – PA Carinhosa – dez/2019



Fonte: Trabalho de Campo realizado em dez/2019. Arquivo pessoal.
Autor: Andrea Costa van Herk Vasconcelos (2020).

A imagem acima representa bem o propósito do CIEPS no sentido de apoiar o coletivo da agricultura familiar camponesa, fomentando o processo de formação constante, onde busca-se pela autogestão da cadeia produtiva agroecológica, ou seja, proporcionar oportunidades para que os agricultores controlem processos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Um exemplo de OPS incubada e apoiada pelo CIEPS

é o Projeto Assentamento (PA) Celso Lúcio Moreira da Silva, PA Carinhosa, localizado na zona rural a sudoeste do município de Uberlândia (MG), formado atualmente por 52 famílias que vivem da agricultura familiar camponesa em lotes compostos por, mais ou menos 13 hectares cada um, não chegando a completar um módulo fiscal⁴ (INCRA, 2019). O PA Carinhosa é um dos 9.000 assentamentos existentes atualmente no Brasil. Os camponeses que lá residem produzem cerca de “10 toneladas de alimento por dia para a cidade, numa terra que era improdutiva” (COORDENADOR do PA, 2019).

As trabalhadoras e os trabalhadores assentados nesse espaço pretendem construir uma alternativa 100% agroecológica, e têm reunido esforços não somente no campo da apropriação de técnicas para que isso aconteça, mas também no sentido de buscar espaço político que discuta a agroecologia no campo da segurança e da soberania alimentar e nutricional (SSAN). Insta esclarecer que, a EPS e sua articulação com a agroecologia segue o conceito de sustentabilidade para além do econômico e do individual, considerando que as relações sociais e culturais são responsabilidade do ser humano num processo de construção coletiva (imagem 2) sem exploração ao outro ou ao meio ambiente.

Imagem 2 – Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) – out/2019 – UFU *Campus* Santa Mônica



Fonte: arquivo pessoal.

Autor: Andrea Costa van Herk Vasconcelos (2020).

A imagem 2 representa uma das iniciativas de construção coletiva, a realização da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional em Uberlândia a partir da organização popular, como forma de chamar a atenção para o tema. No ano de 2017, a Prefeitura de Uberlândia suspendeu o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e não o recompôs para realização da conferência.

Entendendo a importância do tema, a sociedade civil organizada chamou a conferência, que foi realizada junto com a Feirinha, de forma a possibilitar a participação dos consumidores e dos agricultores na discussão sobre agroecologia como forma de construir uma nova sociabilidade, fomentada na confiança e na relação entre consumidores e produtores.

A partir do CIEPS, foram estruturados Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEX) com participação de trabalhadores e trabalhadoras camponeses e universidade, no propósito de refletir para a prática, temas como consumo crítico solidário; segurança e soberania alimentar e nutricional; formação para emancipação dos trabalhadores; qualidade ambiental, dentre outros.

Evidenciamos a importância da luta pela eliminação da dependência dos atravessadores e das cadeias agroindustriais capitalistas, que exploram os agricultores, e a busca por ocupar mercados, isto é, por referenciar socialmente o trabalho dos agricultores junto aos trabalhadores da cidade a partir da ideia do consumo crítico e solidário. (BETANHO et al., 2018, p. 39).

Importante frisar que, a tradição, o modo de vida do campesinato e seu caráter transformador e coletivo numa lógica de subsistência, mesmo utilizando-se de práticas mercantis de trabalho, não ensejam nem caracterizam a agricultura familiar camponesa como elemento anticapitalista⁵, haja vista a dinâmica na participação em atividades mercantis, como compra de bens de consumo e de insumos, bem como a venda de produtos e a força de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Contudo, Harvey (2016, p. 166) ilustra que iniciativas “de controle por parte dos trabalhadores, economias solidárias e estruturas comunitárias e cooperativas autônomas” são consideradas anticapitalistas, mesmo com possibilidade de produzir e comercializar, pois caminham na contramão de uma lógica dominante, equilibrando-se mutuamente. A EPS e a Agroecologia buscam por atender as necessidades de todos os envolvidos, como o meio ambiente, agricultores e pessoas que consomem os alimentos.

Romper com a atual lógica de produção e consumo não é simples e nem resultado de um processo trivial. O discurso da meritocracia, da naturalização das relações sociais de exploração e do lucro são muito fortes. Trata-se de resistir à massificação cultural das populações, ao estímulo ao individualismo, à competição e ao consumismo, que são valores difundidos nos meios de comunicação e formação hegemônicos. (BETANHO, 2018, p. 42).

Nessa perspectiva, a Feirinha Solidária da UFU, espaço criado em 2015 no *Campus* Santa Mônica em Uberlândia (imagem 3) e em 2017 em Monte Carmelo, representa a transformação a partir de propósitos de resistência onde produtores e consumidores, semanalmente, têm oportunidades para realizar trocas para além da lógica econômica de mercado.

Imagem 3 – Feirinha Solidária da UFU no *Campus* Santa Mônica – out/2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Autor: Andrea Costa van Herk Vasconcelos (2020).

Evidencia-se, com isso, não uma “ideia de reforma revolucionária” caso as desigualdades e as disparidades entre produção e realização continuem se apresentando em níveis cada vez mais ascendentes (HARVEY, 2016), mas uma proposta de “transformação revolucionária” que enfoque redução das desigualdades sociais como vanguarda.

Ademais à escala geográfica, o território da EPS liga-se às suas territorialidades numa concepção crítica e relacional e “corresponde ao espaço vivido e às relações sociais de alteridade e exterioridade cotidianas” (SAQUET, 2015, p. 32). Insta esclarecer,

conforme o autor, que a territorialidade é caracterizada por relações e práticas construídas no cotidiano: nas famílias, nas ações do Estado, nas universidades, nas ruas, associações de moradores, concomitantemente e distintamente, diferentes em suas compreensões, ritmos e intensidade. “Quando vivemos relações, processos e características comuns substantivamos elementos identitários em meio à miríade de territorialidades” (SAQUET, 2015, p. 33).

Portanto, o território da EPS, visto como produto da construção da sociedade na configuração da ação da multiplicação de agentes territoriais passa a ser compreendido como algo dinâmico, complexo e plural, sem a ação exclusiva do poder estatal como único recurso e a Feirinha Solidária da UFU, um espaço de comercialização de produtos e de troca de conhecimento, é o *locus* para a construção de relações solidárias valorizadas pelo trabalho e para o bem de todos.

Desenvolvimento territorial e o futuro da EPS como alternativa frente à contradição da revolta da natureza humana: alienação universal

Na mundialização do capital, são prejudiciais as consequências estimuladas pela proliferação e pela racionalização da divisão econômica do trabalho, pois cada vez mais se busca a competitividade e a concorrência intercapitais (ANTUNES, 2018). A ordem dialética entre o viver modestamente e os desejos de obter de maneira desenfreada é sobremaneira pressionada pela maximização do lucro (por parte das empresas) e o consumir cada vez mais (por parte das pessoas). Resulta daí, questões como precarização do trabalho, degradação do meio ambiente, dentre outras, frutos da relação homem, tecnologia e natureza, circunscritas nos ditames do capital.

A liberdade se torna dominação, a escravidão é liberdade. O problema político catalítico que deriva disso é identificar, enfrentar e superar formas de alienação produzidas pelo motor econômico do capital e canalizar a energia contida, a fúria e a frustração para uma oposição anticapitalista coerente. (HARVEY, 2016, p. 248-249).

A esperança, na perspectiva de Harvey (2016), é pelo fortalecimento de movimentos sociais e políticos que digam ‘já basta’ ao capital e que alterem o modo de viver, sobreviver e reproduzir. Sem isso, o capitalismo não “[...] vai cair por si próprio. Terá que ser empurrado. A acumulação do capital nunca vai cessar. Terá que ser

interrompida” (HARVEY, 2016, p. 246). Neste contexto, são bem-vindos movimentos que fomentem visão ampla, coletiva e alternativa, indícios de uma lógica anticapitalista, apoiada em relações com justiça social e mais sensibilidade ecológica.

Contudo, o autor também reforça a ideia de fomento desses movimentos sob a égide dos princípios e valores sedimentados na coletividade, haja vista que, estes, podem ser numerosos, porém são fragmentados para convergirem-se em solidariedade e unificação contra o domínio hegemônico e perverso do capital. Quando valores de uso são perdidos, obstruídos ou substituídos por valores de troca, há uma espécie de alienação para o atendimento imediato e fútil de necessidades tecnológicas e fetichistas do consumismo sem parâmetros.

Na dinâmica do consumismo alienante, David Harvey coloca que a ordem é maximizar renda trabalhando cada vez mais para atender necessidades e garantir a realização de valor, em contradição ao ócio, momento em que o trabalhador encontra prazer, realização e autoestima. “Em vez de trabalhar menos horas, como permitiram as novas tecnologias, a massa da população se vê trabalhando mais” deturpando a vida cotidiana pela circulação de capital (HARVEY, 2016, p.254).

Citando o Papa Francisco que denominou a globalização como a ‘globalização da indiferença’, o autor ratifica ser essencial que “a humanidade veja o perigo antes que a podridão avance e os danos humanos e ambientais sejam grandes demais para se recuperar” (HARVEY, 2016, p. 270). Percebe-se com isso, e conforme imagem 4, que é importante considerar iniciativas anticapitalistas e coletivas que reforcem soluções progressivas na direção de propostas humanistas que não sejam desvirtuadas para interesses próprios de grupos particulares.

A imagem 4 reforça a questão colocada por David Harvey em relação ao fomento de iniciativas anticapitalistas, haja vista que a OPS PA Carinhosa, incubada no CIEPS vivencia a economia solidária e a agroecologia num sentido de ideologia, de modo de vida. Segundo o coordenador do PA Carinhosa, o propósito do assentamento é justamente esse, de incluir “no campo” os excluídos “na cidade”, neste sentido, reforça-se a relação campo-cidade, bem como a produção e o consumo na economia solidária e na agroecologia como modo de vida, onde a produção tem início no campo, mas o consumo se consolida na cidade através da Feirinha Solidária da UFU. “Percorremos a cidade, detectamos os excluídos e verificamos a vontade de trabalhar nos movimentos sociais.

Geralmente, são pessoas que têm sonho de ser dono do seu tempo, mas que são desempregadas ou nunca foram empregadas” (COORDENADOR do PA, 2019).

Imagem 4 – Roda de Conversa no PA Carinhosa – dez/2019



Fonte: Trabalho de Campo realizado em dez/2019. Arquivo pessoal.
Autor: Andrea Costa van Herk Vasconcelos (2020).

Insta esclarecer que, em âmbito nacional, os processos de globalização e de disparidades de renda e riqueza, estas, abordadas no item anterior deste estudo, possuem relação direta e histórica com a luta pela terra e com as questões agrárias. Pactos, alianças políticas e arranjos institucionais impedem que a questão agrária seja uma verdadeira questão política, sendo designada como um problema social de distribuição fundiária, a partir do qual são criados programas governamentais com propósitos aparentes, ou não, de minimização da pobreza rural e redução de conflitos agrários (SAUER, 2008).

Somos do MLST, onde o L significa libertação, a base da economia solidária, onde há troca, é força do coletivo. [...] Não temos acesso a nenhuma política pública, hoje não dependemos do governo e não fazemos assalariamento na cidade. Atualmente, produzimos em média 10 toneladas de alimento por dia, dentre o que é produzido temos abacaxi, maracujá, milho, muito é vendido no CEASA, e os que optaram pela agroecologia, vendem na Feirinha Solidária da UFU e no box do Mercado Municipal (COORDENADOR do PA, 2019).

É essencial e urgente a consolidação dos movimentos sociais agrários no sentido de sedimentar a participação popular no processo de (re)construção de uma real

democracia política no Brasil, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável de caráter abrangente. Ademais às configurações recentes do termo, o desenvolvimento rural sustentável abrange alternativas ao atual padrão de desenvolvimento imposto pelos agentes hegemônicos de poder, incluindo de forma efetiva e prática as outras dimensões do desenvolvimento para além da econômica: (1) social, inclusão social e redução da pobreza; (2) política, luta por aprofundamento da democracia e da participação; (3) cultural, conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidades; e (4) ambiental, acesso a recursos naturais e seu uso responsável, bem como a preservação da biodiversidade (SAUER, 2008).

A base para a compreensão da economia solidária é justamente essa, alavancar ações coletivas no estímulo de relações mais humanas, resultando em iniciativas onde o coletivo se pauta pela máxima “ganha-ganha”. Nessa condição, “a solidariedade na economia só pode se realizar se for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 01). Percebe-se, contudo, que as organizações que compartilham da economia solidária, mesmo possuindo uma “simbiose” entre o sentido empresarial e o solidário, ainda são revestidas de força de trabalho pouco qualificada (GAIGER, 2004). Nesse sentido, para que o desenvolvimento territorial seja alcançado, faz-se essencial a articulação de ações coletivas que visem buscar transformações de ordens sociais, políticas, tecnológicas e ambientais, na realidade onde estão inseridas (PECQUEUR, 2005).

Nessa perspectiva, Calle et al. (2019) reforçam a importância do CIEPS e da UFU na qualidade de vida e nos processos para a formação, a superação das contradições do capital e para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar camponesa. Os autores esclarecem que é necessário o aporte técnico, respeitando os saberes e interesses do coletivo para que se agregue valor na relação homem-tecnologia-natureza com o propósito de beneficiar o todo. Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial possui lastro em relações sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais “[...] usado em diferentes contextos como forma de explicitar a articulação de iniciativas da economia solidária com os espaços onde estas estão inseridas.” (GODOY, 2013, p. 06).

No âmbito da realidade dos agricultores familiares camponeses, esse desenvolvimento local no contexto territorial abrange fatores, como: (1) satisfação por uma vida mais saudável, onde se produz o próprio alimento sem agrotóxico para consumo próprio e se comercializa o excedente; (2) possibilidade de realizar trocas justas e igualmente importantes no contexto produtor-consumidor; (3) apoio da incubadora no estímulo à comercialização dos alimentos agroecológicos; (4) fomento contínuo na relação agricultor-consumidor e agricultor-incubadora, proporcionando melhor qualidade de vida do coletivo nos aspectos social, econômico, político, cultural e ambiental (CALLE et al., 2019).

O desenvolvimento endógeno ou local, nesse sentido e em outras palavras, propõe uma aprendizagem social através de ações coletivas em pequena escala. Como Ortega (2005) ressalta, as propostas de desenvolvimento territorial parecem oferecer possibilidades e alternativas que gerem cidadania, contudo dependem do “*embeddedness*” ou “enraizamento” das especificidades/particularidades dos territórios. Ou seja, depende das relações sociais neles existentes, as quais podem facilitar ou dificultar a cooperação.

Reforça-se, com isso, a importância da articulação dos agentes que agem no território da EPS, quais sejam, o CIEPS através da UFU, o coletivo de trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar camponesa, a sociedade civil dentre outros, para que a práxis do desenvolvimento territorial possa envolver planejamento e gestão, tipo *botton-up* e *top-down* (ORTEGA, 2008) o que, em outras palavras, se traduz na articulação entre população beneficiada (*botton-up*) e investimentos públicos e privados com o objetivo de alcançar as necessidades das localidades (*top-down*).

Concorda-se que não é salutar que o mercado aja livremente, à revelia e sem resistência sobre os territórios, acreditando-se na articulação entre atores, onde se tenha equilíbrio entre interesses privados e coletivos, econômicos e sociais, estimulando possibilidades e oportunidades intra e interrelação dos sujeitos envolvidos. Assim, o desenvolvimento territorial centrar-se-á “na crença em uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local [...]”, no sentido de alavancar comunidades com ações coletivas (ORTEGA, 2008, p. 44). Tem-se, portanto, nessa situação um processo de transformação, alicerçado no desenvolvimento territorial e ligado à criação ou (re)significação de “novas relações sociais, econômicas,

políticas, culturais e espaciais [...] como forma de explicitar a articulação [...] da economia solidária com os espaços onde estas estão inseridas.” (GODOY, 2013, p. 06).

Considerações Finais

Como objetivo deste trabalho, propôs-se relacionar a economia popular solidária a três contradições do capital destacadas em Harvey (2016) no sentido de contribuir com reflexões acerca do processo de desenvolvimento territorial local. Para tanto, partiu-se da hipótese de que a Feirinha Solidária da UFU favorece o desenvolvimento territorial, como espaço onde ações coletivas podem estimular relações mais humanas.

Percebeu-se, contudo, que não só a Feirinha Solidária da UFU, mas toda a práxis das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, envolvida no coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Popular Solidária, com o apoio do CIEPS, fomenta o desenvolvimento territorial local e são alternativas e elementos de resistência à lógica hegemônica do capitalismo.

Verificou-se que a produção de alimentos agroecológicos e sua comercialização através da Feirinha Solidária da UFU, com o auxílio do CIEPS, tem proporcionado melhoria na qualidade de vida de pequenos produtores locais. É no coletivo e na articulação das relações que ocorrem contribuições para um desenvolvimento territorial local, na contramão do lucro como padrão.

Na hegemonia do capital, onde o valor da troca atuando “como mestre” e o valor de uso “como escravo”, a economia solidária busca atuar, enfocando nos mediadores como as universidades e outros atores, a materialização dos coletivos como forma de minimizar o problema da acumulação por espoliação. Muito já foi realizado desde o início do envolvimento da UFU nos projetos coletivos da EPS, contudo, percebe-se que o caminho é longo e que ainda há muito por fazer no sentido de buscar a solidariedade que se realiza na prática.

O território da EPS, visto como produto da construção da sociedade na configuração da ação da multiplicação de agentes territoriais pode ser compreendido como algo dinâmico, complexo e plural, sem a ação exclusiva do poder estatal como único recurso e a Feirinha Solidária da UFU, um espaço de comercialização de produtos

e de troca de conhecimento, é o *locus* para a construção de relações solidárias valorizadas pelo trabalho e para o bem de todos.

Como movimento social e na perspectiva de luta de classes, sabe-se que muito há de se conquistar no sentido de sedimentar a questão agrária não como problema social, mas sim no direcionamento do desenvolvimento rural sustentável, com emancipação dos produtores rurais camponeses como sujeitos participantes. O desenvolvimento territorial, dessa forma, é parte da compreensão de território como espaço de pertencimento e apropriação de um grupo de pessoas, de uma comunidade, tornando dignas as condições de vida de uma população. Compreender a EPS neste contexto é pensar e repensar o coletivo onde experiências de fazer e agir solidários sejam produzidos e reproduzidos numa lógica contrária e alternativa à ação capitalista dominante.

Notas

¹ Trabalho vinculado ao Projeto de Extensão (19680): Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária e a Participação da Mulher nos Empreendimentos Econômicos Sociais (EES) de Uberlândia (MG).

² David Harvey é defensor da corrente teórica que entende a “acumulação primitiva” no contexto do dinamismo do capitalismo, inserindo-a entre o campo econômico e o político como momento estrutural e contraditório. Na espoliação, a lógica econômica de acumulação e as estratégias políticas favorecem a acumulação de capital e de poder.

³ Abramovay (1992) faz referência ao campesinato comparando em “O Saco de Batatas” duas perspectivas analíticas teóricas em Lênin e Kautsky. Em Lênin, a ênfase na diferenciação social do campesinato (desde 1893) decorre da relação entre a aceleração da pobreza originária da separação produtores e condições de trabalho e o crescimento do mercado. Essa era a condição para que a massa de indivíduos paupérrimos se assalariasse para viver. Em Kautsky, emerge-se a questão agrária como quadro político e paradigma da industrialização da agricultura. A superioridade da exploração capitalista sobre a propriedade familiar chegou ao ponto de obrigar o camponês a vender a preços que não cobriam sequer sua subsistência. Contudo, para Kautsky, o campesinato não está fadado ao desaparecimento e sim à transformação.

⁴ Os imóveis rurais – lei 8.629 de 25/02/93 – são divididos em módulos fiscais, não apenas levando em consideração a metragem, mas também varia de acordo com cada município. A pequena propriedade é compreendida por 04 módulos fiscais. Em Uberlândia, o tamanho do módulo fiscal é de 20 hectares (INCRA, 2019).

⁵ José Graziano da Silva se refere à organização da unidade econômica camponesa, evidenciando Chayanov (1925) que elucida o modo de produção camponês não numa lógica de desintegração pela grande exploração capitalista, mas a manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas. O modo de produção camponês, nessa perspectiva, é caracterizado como produção de subsistência; as relações de trabalho e consumo não visam acumulação de capital; há cooperação entre os camponeses; e a pequena propriedade e a unidade familiar formam a base do campesinato.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. *In*: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 147-178.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BETANHO, C. Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária. *In*: SEVERINO, M. R. (org.). **Economia solidária em debate**: relatos do Encontro Goiano de Economia Solidária - vol. 2 - Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p. 39-46.

BETANHO, C. (coord.) *et. al.* **Agroecologia para a agricultura familiar camponesa**: um novo ser humano é possível. Série Agroecologia, v. 8. Uberlândia: UFU, PROEX, CIEPS, 2018.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CALLE, O. D.; BETANHO, C.; FERNANDES, J. E. Economia solidária e produção agroecológica na visão dos agricultores participantes da Feirinha Solidária da UFU. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROGEOLOGIA, XI, 2019, Sergipe. **Anais[...]**. Sergipe, 2019.

CANÇADO, A. C. Gestão social e economia solidária – para além do mimetismo: outra gestão é possível? **Revista Economia Solidária**, Ponta Delgada (Portugal), n. 10, p. 20-44, dez, 2016.

CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. **Website**. Disponível em <<http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>> Acesso em: 02 out. 2019.

FEIRINHA SOLIDÁRIA UFU. **Roda de conversa sobre agricultura familiar**. Uberlândia, 11/10/2019. Facebook: usuário do Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/feirinhasolidariaufu/>> Acesso em: 12 out. 2019.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

GAROFOLI, G. **Desarrollo económico, organización de la producción y territorio**. 1995. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3646658>> Acesso em: 03 out. 2019.

GODOY, T. M. P. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial ou de desenvolvimento local? *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, XXIX, 2013, Santiago. **Anais[...]**, Santiago, 2013. Disponível em <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT7/GT7_PintodeGodoy.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, A.D; SPOSITO, E.S; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 87-119.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. Trad. Rogério Bertoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria> Acesso em: 29 maio. 2020.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Redação Observatório do 3º Setor. **Destakes**. Disponível em <<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/brasil-segundo-pais-concentracao-de-renda-no-1-mais-rico/>> Acesso em: 10 out. 2019.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial e descentralização da gestão pública no Brasil: limites e potencialidades dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, X. Santiago, **Anais[...]** Santiago, Chile, p. 18-21, oct. 2005.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

ORTIGOZA, S. A. G. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. n. 6. p. 241-257, 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2182-12672014000200014&lng=pt&nrm=.pf> Acesso em: 03 out. 2019.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez, 2005. Disponível em < http://revistas.ufcg.edu.br/rzsantiga/artigos/Artigo_53.pdf > Acesso em: 22 jun. 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, M. M. A produção dos espaços periféricos na ação regional a partir da economia solidária. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 241-248, jul/dez, 2008.

SANTOS, A. R dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13 ed. Record: Rio de Janeiro, 2000.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAUER, S. **Agricultura familiar x agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, J. E da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 3.ed. 2008.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador: Editora HUCITEC, Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA-BA, 1986.

Recebido em 28/12/2019. Aceito para publicação em 05/05/2020.
--